



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - Dívida Pública

| | | |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| EVENTO: Reunião Ordinária | Nº: 0508/10 | DATA: 05/05/2010 |
| INÍCIO: 15h12min | TÉRMINO: 16h19min | DURAÇÃO: 01h07min |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h07min | PÁGINAS: 26 | QUARTOS: 14 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Continuação do processo de votação do relatório final da Comissão.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a dívida pública da União, dos Estados e Municípios, o pagamento dos juros dessa dívida, os beneficiários desses pagamentos, e o seu impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias das atas da 24ª e 25ª reuniões. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura das referidas atas.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, peço dispensa da leitura das atas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - A pedido do nobre Deputado Pedro Novais, dispensada a leitura das atas.

Em discussão as atas.

Não havendo quem queira discuti-las, em votação.

Aqueles que aprovam as atas permaneçam em seus lugares.

APROVADAS as atas.

Esta reunião ordinária foi convocada para continuação do processo de votação do relatório final da Comissão.

Com a palavra aquele que nós esperávamos para continuar a discussão, o Deputado Hugo Leal. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria, gostaria muito de poder aprofundar ainda mais o tema. Sei que esse tema, ao mesmo tempo em que é distante da sociedade, ao mesmo tempo em que é um tema com suas implicações, com suas equações, com suas demonstrações — e acaba a sociedade não o entendendo, não o interpretando —, ele age diretamente na sociedade. A sua ação é inclusive, podemos aqui destacar aqui, entre aspas, “nociva”, exatamente porque esse debate não se dá de forma clara.

No início destes trabalhos, eu fiz exatamente esta ponderação: a ponderação de que a nossa maior vitória nesta CPI da Dívida seria conseguir traduzir efetivamente esses números, os gastos, a destinação dos recursos, a evolução da dívida, externa e interna, a questão da implicação dos juros, que nós pudéssemos traduzir de forma que a sociedade, de forma que a população entendesse. Eu defendi inclusive, aqui nesta CPI, que nós, é claro, resguardado o direito,



resguardadas as questões técnicas, as questões econômicas e macroeconômicas, tentássemos tentar traduzir para a população o que significa nós termos comprometidos do nosso Orçamento algo em torno de 38%. Mas, infelizmente, essa é uma tradução difícil, porque a sociedade às vezes não compreende essa dimensão, não está às vezes ao acesso dela essa dimensão. E cabe a quem? Cabe a nós do Parlamento, já tomados de várias atividades, tentar decifrar essa esfinge, decifrar essa incógnita, essa equação, e levar para a população o que é nossa responsabilidade. Então, quando eu optei por vir atuar na CPI da Dívida Pública, foi exatamente no sentido de tentar fazer com que este debate fosse um pouco mais palatável.

E nestes últimos 8 meses em que nós discutimos, em que nós tivemos aqui a presença de várias autoridades, professores, expositores, ex-Ministros da Fazenda, eu confesso que o sentimento de frustração inicial ainda permanece o mesmo. Nós temos, acho que nós tivemos uma demonstração aqui, principalmente nas falas do Ministro Mantega e do Ministro Henrique Meirelles, o descortino de um futuro ainda bom, um futuro de equilíbrio, e não conseguimos traduzir para a população o que é que significou isso, quem efetivamente foi o responsável por nós estarmos hoje nesse compromisso, nesse comprometimento do Orçamento em mais de 38%, como é que essa dívida chegou aonde chegou.

Eu acho que foi devidamente esclarecida, foi devidamente debatida aqui a questão de como está sendo seu controle hoje, como são as ações. Eu acho que há uma transparência. De qualquer forma, evoluímos da última CPI que houve aqui no Congresso, a de 1983, para esta, hoje, em 2010. Tivemos uma evolução, principalmente no acesso aos números, no acesso às informações. Mas nós devemos ainda, continuamos devendo ainda à sociedade uma resposta mais efetiva de como isso foi formado, quem são os responsáveis por a dívida ter chegado onde chegou.

E por que um assunto, por que um item macroeconômico, por que um dos comprometimentos principais do Orçamento ainda é tão pouco debatido, tão pouco discutido, tão pouco auferido? Até mesmo depois da Constituição de 1988, que prevê a avaliação, ou seja, a auditoria da dívida, até hoje não conseguimos fazer isso. Nós reconhecemos que os interesses são muito grandes, e eu acho que o



resultado final desta CPI ainda não conseguiu superá-los, ou simplesmente deve ter incomodado assim como uma pena numa pedra de 20 toneladas.

Mas eu queria fazer um destaque aqui do trabalho e das alternativas que nós recebemos — eu acho que isso foi o grande mérito desta nossa CPI — das entidades, todas as entidades que acompanharam, que estiveram aqui presentes, apresentando sugestões, documentações. E posso dizer aqui, como já foi dito pelo Deputado Ivan Valente, pelo Deputado Paulo Rubem Santiago, que na análise do relatório final, está demonstrado aqui, não foram contempladas algumas recomendações que eu acho que são recomendações básicas, que eu entendo que são recomendações que com certeza até uma pessoa menos inteirada dessa questão da ciência econômica ou da linha contábil pode interpretar.

Eu digo aqui, e apelo para o Sr. Relator, que algumas dessas recomendações — não sei se V.Exa. vai atender a algumas delas — são básicas, são recomendações com que eu entendo que nós vamos começar a buscar a identificação não só da dívida daqui para a frente, mas com certeza dessa dívida, de como nós chegamos a esse montante.

Eu tive a oportunidade, Sr. Presidente, queria destacar aqui, de receber o material e receber a visita de um dos organizadores desse que eu acho que é um livro, Sr. Relator — não sei se V.Exa. teve acesso — Deputado Pedro Novais, e Presidente Deputado Virgílio Guimarães, que faz um histórico muito interessante da dívida pública, dentro da linha dos técnicos do Tesouro Nacional. As informações contidas nesse documento aqui, nesse livro, do ponto de vista acadêmico, são bastante interessantes, e são informações trazidas aqui da nossa realidade. Eu diria que, para os aprendizes, é um grande passo.

Ao encerrar este trabalho aqui, vou continuar dedicando-me ao tema, exatamente porque eu não entendo, eu não consigo conformar-me, não há como eu me conformar — e as pessoas que eu represento aqui nesta Casa também, o meu Estado, o Rio de Janeiro — com essa dívida que compromete quase 40% do nosso Orçamento, em torno de 35% em juros e amortização. Já foi dito aqui pelo Ministro Mantega: “Ah, mas essa é uma conta de crédito e de débito, de entra e sai”. Ora, não interessa! Ela compromete do Orçamento R\$ 1 trilhão!



O que é que...? Porque nós ficamos aqui, nós estamos aqui, eu estou aqui há 3 anos, em meu mandato, e nós tivemos vários embates aqui, discutindo, por exemplo, a área da Saúde, os recursos para financiamento da Saúde. Nesse Orçamento Geral da União de 2009, a Saúde representou 4,64% — 4,64%! Pouco mais de 10% que significou de juros e amortizações. Nós ficamos aqui noites discutindo a questão da CPMF para financiar o sistema de saúde.

Sou da Comissão de Viação e Transportes. Vimos aqui várias apresentações sobre investimento na infraestrutura do Brasil, principalmente nas rodovias, nas ferrovias. Quando se vai para a área de transporte, o Orçamento Geral da União é 0,75% — 0,75%!

Afinal de contas, que País queremos? *“Ah!, mas isso é fundamental para a estabilidade, é fundamental para o equilíbrio do País, para termos uma boa referência mundial.”* Sim, boa referência mundial, entendo perfeitamente. Mas é necessário ter esse preço que estamos pagando? *“Ah!, muitos dos nossos brasileiros, agora, já subiram sua renda, já tiveram acesso a outros patamares.”* Mas a esse preço? Nessa velocidade? Quantas pessoas continuam ainda abaixo da linha da pobreza? Quantas pessoas continuam ainda fora da linha de crédito, porque nós temos uma Espada de Dâmocles sobre nossas cabeças, que, efetivamente, consome a nossa sociedade, e nós fazemos um debate aqui — com toda permissão, com toda desculpa aos nossos membros aqui —, uma discussão, eu diria, melancólica! Final de CPI da Dívida Pública no Brasil, e estamos aqui quase numa discussão sobre outro tema, sobre algum tema tangencial, sobre as borboletas, sobre a questão da plantação da orquídea na floresta amazônica. Sei lá! Estamos tratando aqui de algo que é fundamental para a sociedade brasileira, e a sociedade acha que esse tema não é ainda o mais importante. Isso está equilibrado.

Eu estou dizendo isso — vou repetir — porque aqui há uma disputa para se ter 50 milhões aqui, 20 milhões aqui, recuperação de uma estrada. Trava-se aqui uma briga e deixa-se isso aqui passar, a discussão: *“Não, mas o País precisa disso para sobreviver.”*

Outra questão importantíssima — e aqui esteve presente o Ministro Henrique Meirelles: a definição da política monetária e financeira é feita por quem toma conta da política monetária financeira. Que maravilha! Ou seja, quem toma conta do



galinheiro é a própria raposa. Estamos numa lógica completamente inversa e perversa para a sociedade brasileira. Não conseguimos entender a dimensão da própria dívida pública. Quando indaguei aqui do Ministro Meirelles qual era a posição que tinha com relação à participação da sociedade no COPOM, ele deu até uma sugestão, que eu diria, de vanguarda. Propôs o seguinte: “O *Presidente pode nomear um diretor sem função executiva para participar.*” Sim, eu acho que é válido, já é uma evolução. Para quem tinha zero passar a ter meio já é uma evolução. Quando se pega o direcionamento do COPOM nesse trabalho feito aqui, os convidados da 36ª reunião do Banco Central com analistas independentes, os bancos têm 51%, a parte de gestão de ativos tem 35%; ou seja, 86% dos convidados para a reunião do Banco Central com analistas independentes são mercado. Qual é a lógica disso para nós? para definir a taxa de juros? É claro! Quem ganha com a taxa de juros é quem define a taxa de juros! Não tem cabimento!

Eu poderia citar um a um os itens que foram apresentados como recomendação. Ainda digo, bastante singelos, mas fundamentais, para o que temos de aprofundar na questão da dívida.

Com quanto participa o setor produtivo nessa questão da reunião dos analistas independentes no Banco Central? 4%. É setor produtivo que define juros para a política agrícola, que define juros para a indústria, para o comércio. Não interessa! O setor produtivo é uma consequência. Estamos aqui no caso inverso: não é o gato que corre atrás do rato; é o rato que corre atrás do gato.

Eu gostaria que o Relator entendesse minhas palavras, que não são contra o relatório. S.Exa. se debruçou muito no trabalho dos analistas, dos assessores, mas ainda estamos devendo muito. Não é devendo em termos de suporte financeiro; estamos devendo muito para a sociedade.

Por mais esforço que tivéssemos feito nesta CPI, por mais esforço pessoal que o Relator, o Presidente tenha feito, não conseguimos ainda estabelecer essa relação com uma política pública.

Meu fundamento hoje, minha luta principal hoje não vai ser — e dentro dessas recomendações eu vou me permitir fazer algumas depois, por escrito, não sei... Vou encerrar, porque 50 anos de dívida caberia pelo menos 25 anos de



debate. Vou fazer algumas das recomendações de caráter oficial, vou analisar a proposta de um voto em separado.

Avançamos muito pouco. Talvez pudéssemos sair desta CPI hoje com algumas recomendações que eu entendo fundamentais, como, por exemplo, estabelecer uma Comissão Permanente ou uma Subcomissão Permanente da Comissão de Orçamento e Finanças, da nossa Comissão Mista de Orçamento.

Se criássemos uma Subcomissão Permanente só para a análise da dívida pública, para a análise do futuro, para avaliação de quadro futuro, macro, mas também uma análise do que foi efetivamente esse passado, da responsabilização por esse passado, não podemos deixar, esta CPI, de fazer uma recomendação ao Legislativo. Cabe a nós aqui do Legislativo dar essa palavra. Nosso papel de legislador é também o de fiscalizador.

Essa sugestão é pequena, singela, mas importante. Já que não podemos ter uma Comissão Permanente de acompanhamento da dívida pública, porque já existe a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, porque já existe a Comissão de Finanças e Tributação, que seja uma Subcomissão da Comissão Mista de Orçamento, que faça o acompanhamento permanente, para que quem vá para aquela Comissão tenha o fito, o objetivo de fazer um discernimento, de fazer uma dissecação da taxa de juros, do perfil da dívida, do presente, com a perspectiva de futuro, e principalmente do passado.

Uma pequeníssima contribuição é fundamental, está nas recomendações: não podemos deixar de, ao final desta CPI, enviar esse material — vou insistir nisso —, principalmente da apuração desses 2 grandes períodos em que tivemos taxas absurdas, que não foram auditadas, de serem encaminhados ao Ministério Público Federal, para que essa situação permaneça, de fiscalização aprofundada do papel do Ministério Público como fiscal da lei.

O que eu estou dizendo? Não ficar preocupado com improbidade administrativa — é claro, isso é importante — de mil reais, de 5 mil reais ou de 50 mil reais; mas ficar preocupado com improbidade administrativa de quase 500 bilhões de reais!

Sr. Presidente, vou encerrar a minha fala, mas não vou dar por encerrado o meu embate, a minha batalha. O País não conseguirá entender sua perspectiva de



crescimento — falei ao Ministro da Economia, ao Ministro da Fazenda e ao Ministro do Banco Central —, se não entender como chegou, dentro do seu comprometimento. Não há como. Não podemos abrir mão disso!

V.Exa., no momento em que eu cheguei aqui ontem, estava debatendo a questão do COPOM. Temos de fundamentalmente avançar nessa questão. Já aprimoramos. O nosso sistema arrecadatário, o parque arrecadatário do País é um dos melhores do mundo, mas não conseguimos estabelecer que essa fiscalização do sistema tributário, dos avanços que temos no sistema financeiro também possa ter servido a essa análise, a essa depuração de como efetivamente chegamos a essa dívida.

Se fosse uma dívida — repito e encerro, Sr. Presidente — de caráter pessoal, eu saberia muito bem como negociar com o banco e pediria o apoio de um técnico para saber se aqueles juros que estão me cobrando são juros corretos. É o mínimo que o País pode fazer pelo seus cidadãos.

E o que esta CPI pode fazer? Não deixar, mais uma vez, como um belíssimo documento encadernado, um documento que vai ser estudado pelos acadêmicos, mas ter uma ação efetiva. Esta CPI aqui não pode servir apenas como uma lembrança esporádica ou uma lembrança episódica, como tem acontecido aqui nesta Câmara dos Deputados. Ou nós avançamos, apuramos e damos uma resposta efetiva, ou vamos ficar apenas nos Anais para análise dos estudantes de economia e contabilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Deputado Hugo Leal.

A Mesa apenas tem o dever de alertar sobre o tempo, mas em nenhum momento cerceei a fala de V.Exa.

Agora é o momento da fala do Relator. Temos 2 Relatores-Adjuntos: o Deputado Márcio Reinaldo Moreira e a Deputada Jô Moraes.

V.Exas. gostariam de falar antes?

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Sr. Presidente, um esclarecimento: o Relator vai apresentar o adendo, que é novo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Isso.



A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Em seguida, podemos falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Então está encerrada a discussão.

Tem a palavra V.Exa. na condição de Relator-Adjunto, Deputado Márcio Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Pois não, Presidente.

A observação do Deputado Hugo Leal “fermenta-me” a entrar novamente no assunto.

Esse problema da dívida há desde o Império. Quando se fala: “*Vamos levantar toda a dívida*”, significa praticamente uma busca de todos os atos feitos desde que o Brasil se tornou um país, seja no regime imperial, no monárquico ou no republicano.

Então, tivemos passagens de todas as naturezas. Lembro-me bem, Deputado Hugo Leal, de um período em que Ministro da Fazenda autorizava, na conta movimento do Tesouro Nacional, débitos para subsídio ao trigo, subsídio à cana-de-açúcar, principalmente aos usineiros do Nordeste naquela época, basicamente em cima de papel cigarro — num maço de cigarro, autorizava. Eram milhões, bilhões não sei em que unidade monetária — Pedro, que era da Receita Federal, deve lembrar-se disso.

Tivemos debates muitos fortes no Ministério do Planejamento, da Fazenda, desde a época em que Delfim Netto foi Ministro do Planejamento, da Fazenda. Lembro-me bem de que esse processo começou a fermentar exatamente num período em que Maílson da Nóbrega, junto com o Ministro Bresser Pereira — ele era Secretário-Executivo, e o Bresser Pereira, Ministro da Fazenda —, fomentaram esse debate na área técnica, no Banco Central, nos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, e buscaram-se muitas considerações a respeito.

Ali vimos o quanto este País era vulnerável nesse processo da conta movimento, conta disso, orçamento monetário, orçamento estatal — tudo desintegrado e sem uma fusão. A partir daí é que se viu a necessidade de, cada vez mais, aperfeiçoando o sistema e limitar o poder que aqueles entes tinham. Era uma dívida atrás da outra, e ninguém buscava a explicação. Era na contabilidade, e se pagava juros, etc.



Vejam que o processo é muito longo e penoso. Lembro, quando, em 1987, eu estava na função de Secretário de Orçamento, em despacho com o Presidente da República Sarney, que tinha um problema muito sério: lançar um plano social para diminuir a crise existente — inflação muito alta, crise existente. Disseram-me: *“Arrume dinheiro para fazermos esse programa”*. Nos encargos gerais da União, naquela época, havia uma verba que era para o Banco Central exatamente fazer um acerto de dívidas. Eu falei: *“Só se nós não transferirmos esse dinheiro para o Banco Central”*.

Sei que fizemos isso. Na época, Pedro Parente, que já namorava entrar para o FMI ou para o Banco Mundial, junto com Ricardo Santiago e mais uns outros, sondados ou buscados por esses entes, acabaram me crucificando.

O processo é por aí. Quando um Presidente da República, seja Fernando Henrique Cardoso, seja Lula, assume a Presidência da República, recebe uma ordem dos Estados Unidos, de Nova Iorque, para colocar fulano ou beltrano no Banco Central. E Meirelles é o exemplo que V.Exa. falou há pouco, dando inclusive o tom da raposa tomando conta do galinheiro. É assim que vejo também.

Então, enquanto esse assunto não for resolvido e este País não tiver soberania de fato, é bobagem ficarmos fazendo algumas observações que não vão chegar muito longe. Falo isso em termos mais históricos, para ver a dificuldade do processo.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - V.Exa. me concede um aparte, Deputado Márcio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Em fala do Relator não cabe.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Apenas uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - S.Exa. está falando na condição de Relator, e não cabe aparte. Mas, para encerrarmos a CPI sem qualquer mácula antidemocrática, dentro da flexibilidade que temos...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, apenas para seguir a linha de raciocínio, porque acabei não falando na minha oportunidade. Agradeço a V.Exa.



Em casa, é assim: minha mulher administra o meu dinheiro, então, ela é que toma conta da casa, é que a dona. Quem administra o dinheiro realmente é quem manda na casa.

Estamos vendo aqui, no Orçamento Geral da União, que 76% estão comprometido: 36% com juros; 30%, mais ou menos, com Previdência e 11% com Estados e Municípios. Ou seja, o Presidente da República administra menos de 35% do Orçamento, então, não toma conta.

Temos um Presidente da República, que é quem toma conta do dinheiro, que define quem ganhar mais ou menos — esse é o Presidente da República —, e um outro, que eu chamaria — com toda a permissão, sem agressividade — de gerente da administração. Se fosse um prédio, um seria o síndico geral, que toma conta das finanças, e o outro seria o gerente do *playground*, que toma conta das questões menos importantes, mas que causam alegria para o população. Ou seja, estamos falando aqui de administração de país, não estamos falando só de dívida, não.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Então, só para fechar, o detalhe é o seguinte: está até aqui, já exposto nesse adendo. Ontem, dei um testemunho de que, naquela época, em 1987, 1988, 1990, a preocupação no nosso grupo de trabalho era simplesmente que a dívida crescia de 45% para 50%. Essa preocupação também veio para o Congresso, em 1989 ou 1990, quando Almir Gabriel foi o primeiro Relator do Orçamento da União. Ele se assustou quando viu esses números e falou: “*O que faremos agora?*”

Vejam que o quadro é e foi muito difícil. Hoje, até contabilmente, parece que é menos grave que naquela época. De qualquer forma, o que pôde fazer aqui ou o que se pode fazer aqui já é um ganho. É claro que há alguns que, por essa ou por aquela filosofia, querem se colocar mais nessa posição. Mas, de qualquer maneira, já se trabalhou o quanto foi possível e se encarou o que foi racional ou acessível para a interpretação das correntes que avaliaram o processo.

Sr. Presidente, eu gostaria de deixar registrado esse testemunho, para que o nosso Relator possa, efetivamente, dar o desfecho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Relator.



O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, foi distribuído um adendo em que eu atendo e faço considerações às discussões que aconteceram ontem no debate do relatório.

Além disso, desejo acrescentar, atendendo à sugestão do Deputado Virgílio Guimarães, o seguinte tópico: sem dúvida, esta CPI fez o mais profundo trabalho de investigação e análise da dívida pública, permitido pelas informações disponíveis, sendo, portanto, uma verdadeira auditoria de largo alcance histórico e prático.

Como, porém, esta é uma CPI da Câmara e o art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias preconiza uma Comissão Mista do Congresso, ficará, portanto, a cargo deste, se assim o julgar conveniente, a criação de eventual Comissão Mista, para dar prosseguimento ou estender o trabalho realizado.

Com essas considerações, Sr. Presidente, encerro a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não. Concluiu?

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Concluí, sim.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Sr. Presidente, o Relator não vai ler os adendos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Os adendos?

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Se o Plenário e V.Exa. exigirem, eu os lerei. Como já foram distribuídos, pensei que seria suficiente. Eu os lerei com todo prazer.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Adendo de 5 de maio de 2010.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Parece-me que os Deputados se acham suficientemente esclarecidos.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu pediria que fizesse a leitura. Não dispense a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - São 4 páginas. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - No mínimo, pelo menos, informe quais foram as manifestações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Então, vamos fazer a leitura. Vamos seguir o Regimento.



O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Isso. Há pessoas que estão aqui desde o início da CPI e de repente não receberam.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Perfeito.

Resolvemos incluir o título *Encaminhamentos*. Esse título é necessário para que os trabalhos da Comissão sejam estendidos a outros órgãos, para que tomem conhecimento do que foi realizado.

“Este relatório deve ser encaminhado, tendo em vista suas conclusões e recomendações:

- a) à Mesa da Câmara dos Deputados, conforme art. 37, inciso I, do Regimento Interno desta Casa;
- b) ao Senado Federal, destacando-se aquelas relativas ao projeto de Resolução nº 84, de 2007,” — é a resolução que o Senado está devendo ao País, desde 2000, para limitar a dívida pública da União, dos Estados e dos Municípios — “que dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União, e ao PLC 54, de 2009, que fixa o limite para a dívida mobiliária federal, ambos os projetos tramitando naquela Casa;
- c) ao Ministério da Fazenda, destacando-se aquelas referentes à pronta implementação do sistema de registro das dívidas públicas interna e externa, de amplo acesso ao público, tal como exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal(...);
- d) ao Ministério do Planejamento e Orçamento, destacando-se aquelas referentes à elaboração e execução do Orçamento;
- e) ao Tribunal de Contas da União, destacando-se aquelas referentes aos trabalhos de auditoria da dívida;”

Quero lembrar que foi recomendado ao Tribunal de Contas intensificar e ampliar seus trabalhos de auditoria da dívida e do endividamento.

f) ao Banco Central do Brasil.”

Deixamos de recomendar o envio do relatório do Ministério Público da União, por não ser o caso, segundo o art. 37, inciso I, do Regimento Interno desta Casa.

Acréscimos ao relatório como resultado das discussões.

Incluir nas “primeiras considerações”:



Na nossa primeira reunião, diversos Parlamentares trouxeram suas preocupações sobre o tema da dívida pública. Quero destacar 2 intervenções. O Deputado Ivan Valente nos alertou que o pagamento do serviço da dívida pública consumia 30,5% do Orçamento com juros e amortizações. O Deputado Márcio Reinaldo Moreira, por sua vez, lembrou-se de que, quando Secretário de Orçamentos da União, em 1986/1987, já vislumbrava a dívida pública praticamente na Casa dos 48%, 50% da receita, e não se viam caminhos para superar essa fase.

De outro lado, o consultor Raul Velloso, em audiência de 23/09/09, disse que, para fins de se comparar o serviço da dívida com outros itens de despesa e avaliar quanto de recursos eram consumidos naquela finalidade, caberia usar o superávit primário apurado no exercício, que, por definição, é a parcela da receita efetivamente usada para pagar juros.”

Outro acréscimo.

“O Comitê de Política Monetária (COMPOM) foi instituído em 1996, inspirado em modelos norte-americano e alemão, com o objetivo de estabelecer as diretrizes para a política monetária, (...) todo o mundo adota prática semelhante. O regulamento do COPOM (...) sofreu muitas alterações. Recentemente, a de maior importância veio mediante o Decreto nº 3.088, de 1999, que adotou o sistema de metas de inflação. Desde então, as decisões do COPOM passaram a ter como objetivo cumprir as metas definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A taxa de juros fixada na reunião do COPOM é a meta para a taxa SELIC (taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

O COPOM é composto pelos membros da diretoria colegiada do Banco Central do Brasil: o Presidente, que tem o voto de qualidade; e os diretores de Política Monetária, Política Econômica, Estudos Especiais, Assuntos Internacionais, Normas e Organização do Sistema Financeiro, Fiscalização, Liquidações e Desestatização, e Administração. Também participam do primeiro dia da reunião 5 chefes de departamentos e outros detentores de cargos selecionados.

O CMN é constituído pelo Ministro da Fazenda (Presidente), pelo Ministro do Planejamento e pelo Presidente do Banco Central (BACEN). Os serviços de secretaria do CMN são exercidos pelo BACEN. Junto ao CMN funciona a Comissão



Técnica da Moeda e do Crédito (COMOC), composta pelo Presidente do BACEN, na qualidade de Coordenador; pelo Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); pelo Secretário Executivo do Ministério do Planejamento; pelo Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; pelo Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; pelo Secretário do Tesouro Nacional (...).

Nova redação do § 41 (...).

Essas operações compromissadas do Banco Central atingiram em fevereiro cerca de meio bilhão de reais e estão registradas tanto nas estatísticas da dívida líquida total, como nas da dívida bruta do setor público. Isso faz com que, no final de 2009, a dívida bruta do Governo geral, apurada pelo Banco Central em suas estatísticas fiscais, tenha alcançado praticamente 2 trilhões de reais, o equivalente a 63% do PIB” — homenagem ao Deputado Ivan Valente.

“Nova redação do § 67, em ‘Conclusões’.

Da exposição do representante do TCU, constatamos que seus trabalhos...”

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. poderia repetir, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Na fala do Relator não cabe aparte.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Não leve a mal. Com a palavra homenagem eu quis dizer: inclusão do tópico. Esse esclarecimento do montante é em homenagem a V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Muito obrigado, Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Era só isso.

“Da exposição do representante do TCU, constatamos que seus trabalhos...”

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só que há um erro aqui, Relator. Não é 30,5, mas 36,5.

Peço a V.Exa. que corrija.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Perfeito.

“Da exposição do representante do TCU, constatamos que seus trabalhos, embora menos frequentes que o desejado, dão resultados. Informou-nos que a auditoria do Tribunal detectou, por exemplo, operações de remissão de dívida que não tinham sido autorizadas pelo Senado Federal, e adotou as providências cabíveis.”



O próprio TCU adotou as providências cabíveis.

“Incluir em ‘Conclusões/Taxa de juros’.

As composições do Conselho Monetário Nacional e do COPOM, que já sofreram alterações desde que criados, revelam o enfoque exclusivo na política monetária e a prevalência dos dirigentes do Banco Central e dos Ministros da área econômica nas decisões referentes à fixação da taxa básica de juros. Os pontos de vista do setor produtivo e dos trabalhadores, por exemplo, não são levados em conta e dificilmente estão refletidos na meta de inflação e na meta de juros a ser perseguida. Alguns integrantes desta CPI consideraram que essa questão estaria madura para ser abordada.

Alternativas levantadas na CPI para esse quadro foram a participação de representantes do setor privado no Conselho e a participação de mais áreas do Governo no COPOM, para além das autoridades econômicas. O Congresso detém atualmente um papel secundário na definição de políticas econômicas bem menor do que lhe deveria caber.

Incluir em Conclusões/Impacto nas Políticas Sociais.

As dotações orçamentárias são a autorização legal para que se realizem as despesas. Despesas com o serviço da dívida no Orçamento são a previsão de pagamento de juros e de amortização do principal. São despesas brutas, ou seja, nelas é incluído o serviço da dívida referente a títulos em carteira do Banco Central, e delas não são descontadas as receitas federais correspondentes — juros e amortização recebidos pelas unidades orçamentárias que oferecem empréstimos, em particular operações oficiais de crédito e os fundos orçamentários. Juros e amortização no Orçamento são estimados em regime de caixa pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela Secretaria de Orçamentos Federais, tendo preponderantemente como base o montante da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional. A mesma metodologia se aplica à execução."

Isso aqui é para mostrar o porquê da discrepância.

"Sob tal critério e sem considerar o refinanciamento da dívida mobiliária federal, na execução do Orçamento de 2009, despesas com o serviço da dívida corresponderam a 28% do total das despesas primárias e financeiras e, no



Orçamento de 2010, a estimativa é de que representem 15%", apenas. Vamos ver se será...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - É o que está aqui. São os dados. Não posso garantir que será essa a realidade, mas esses são os dados existentes no Orçamento.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Esse é o resultado da CPI.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Bom, é capaz.

"Os números do Orçamento divergem metodologicamente dos apurados pelo Banco Central por debaixo da linha. Isso ocorre porque no Orçamento está sendo computado o pagamento dos juros e encargos relativos à parcela da dívida bruta da União que vencerá no decorrer do exercício financeiro. Por sua vez, sob o enfoque econômico do Banco Central, calculam-se os juros acumulados no período e a contribuição desses encargos para as necessidades de financiamento do setor público.

Incluir em Recomendações.

Similarmente, em relação à rigidez dos juros, ficou clara a necessidade, e recomendamos a aprovação o mais rápido possível, de proposição legislativa que altere a Lei nº 8.088/1990, de 31 de outubro, para que a taxa de remuneração da caderneta de poupança deixe de ser elemento que limite a queda da taxa básica de juros no médio e longo prazos. Estamos cientes de que projeto de lei nesse sentido, de "auditoria" do Deputado Virgílio Guimarães, tramita nesta Casa, preservando os pequenos poupadores, e deverá servir de estímulo aos nossos debates.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. fez uma nova homenagem a mim: em vez de falar "autoria" falou "auditoria".

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Autoria. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. está com isso na cabeça, hein?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Devia deixar "auditoria".

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Em vez de falar "autoria", o senhor falou "auditoria". É a palavra-chave aí, Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Desculpe, Deputado.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Desculpa, não. Eu fico contente com isso.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - "É urgente ampliar o debate da política monetária; do uso do principal instrumento do sistema de metas de inflação, a taxa de juros; e da composição dos colegiados que dão o rumo e implementam essa política, para decidir se esse quadro deve ser alterado. O Congresso avaliará se o instrumental à disposição das autoridades monetárias deve servir apenas ao controle dos preços ou, também e em que medida, para perseguir metas de atividade econômica e de emprego, a exemplo de bancos centrais de outros países. O setor privado passará a ter representação no Conselho Monetário Nacional e mais órgãos do Governo integrarão o Comitê de Política Monetária, se os fatos apontarem nesta direção.

Os ilustres Deputados Virgílio Guimarães e Ricardo Berzoini declararam, na discussão, que estudarão a matéria e conjuntamente formularão proposição legislativa para regular o uso da meta de taxa de juros como instrumento de política econômica e a composição do CMN e do COPOM. O projeto de lei que vier a ser apresentado será inspirado nos trabalhos desta CPI." Deve ser reconhecido.

"Nessa mesma linha de ação e de forma a fortalecer o papel do Congresso, tanto como Poder legislativo, quanto instrumento de controle social, desde já esta CPI se associa à disposição do Deputado Paulo Rubem Santiago, de propor uma Lei de Diretrizes Monetárias e Cambiais."

É o adendo, Sr. Presidente. A última proposição do adendo já foi lida. Se V.Exa. quiser, eu poderei relê-la para que fique bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Isso aqui iria na introdução, não é?

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - É uma proposição do Deputado Virgílio Guimarães que nós acatamos, inclusive atendendo ao interesse de diversos participantes.

"Sem dúvida, esta CPI fez o mais profundo trabalho de investigação e análise da dívida pública permitida pelas informações disponíveis, sendo, portanto, uma verdadeira auditoria de largo alcance histórico e prático. Como, porém, esta é uma CPI da Câmara e o art. 26 do ADCT preconiza uma Comissão Mista do Congresso



Nacional, ficará, portanto, a cargo deste, se assim o julgar conveniente, a criação de eventual Comissão Mista para prosseguir ou estender o trabalho realizado."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Deputado Pedro Novais.

Com a palavra a Deputada Relatora-Adjunta Jô Moraes.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Sr. Presidente, eu não tive condições de estar ontem aqui no início do debate. Eu considero que chegamos a bom termo, independente de termos diferenças quanto à interpretação do levantamento e da avaliação feita, estamos tirando algumas propostas e encaminhamentos que eu considero importantes, particularmente a que V.Exa. acaba de indicar da possibilidade da constituição de uma Comissão Mista para dar continuidade ao processo iniciado por esta CPI.

Por que as dificuldades que tivemos? Primeiro, porque estamos fazendo esta CPI não dentro de um quadro de crise da dívida que nos leve, ou que a emergência dos acontecimentos nos leve a concentrar forças do conjunto dos partidos integrantes para nos debruçarmos. Isso é bom do ponto de vista de que a situação não nos está encaminhando para uma situação de crise real e de impasse, mas é ruim, porque ela não conseguiu sensibilizar e despertar o que está no interior do problema da dívida pública, que é, como bem situou o Relator, o problema da taxa de juros da política macroeconômica. Esse é o problema que nós temos. E não tivemos aqui, Deputado Hugo Leal, o consenso da Casa, e não é só desta CPI, para compreender que este é o gargalo.

Deputado Relator, eu o cumprimento pelo esforço de absorver nessa reta final algumas preocupações que ontem as entidades trouxeram. Evidentemente que algumas eu sugeriria, se ainda fosse possível acrescentar, não sei as condições, particularmente no que diz respeito aos impactos sociais da dívida. O documento que a Auditoria Cidadã apresentou ontem no debate traz um quadro adequado. Não é nenhum tipo de interpretação de opinião ou não. Ele coloca o quadro da distribuição dos recursos do Orçamento que demonstram por si só, sem nenhum adjetivo, sem nenhuma avaliação, as distorções da aplicação dos recursos públicos e objetivamente o impacto que se dá nas políticas sociais por esses gastos.



Eu diria, nobre Relator, que nós não conseguimos, por um problema de consenso, nos aprofundar num item a que se propunha a CPI, que é o impacto nas políticas econômicas, mas necessariamente no desenvolvimento sustentável do País. O Deputado Hugo Leal, na discussão com o Ministro Mantega e o Ministro Meirelles, citou que o Brasil tinha vocação para crescimento bonsai, que é um medo. E é esse o problema que estamos enfrentando. Foi isso que levou à elevação da taxa a 0,75% ontem, absolutamente inexplicável.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Bonsai, é isso.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - É crescimento bonsai. E nisso aí que nós não conseguimos construir um consenso nesta CPI e nem em outros espaços da Casa. Com o problema da política macroeconômica em curso, a continuar nessa dinâmica, nós não vamos nem reduzir os impactos sociais, nem assegurar um desenvolvimento sustentável, que é o que precisa. O Brasil está aí, dando os seus primeiros passos. A crise levou a que o Presidente Lula tomasse medidas corretas: redução de superavit, ampliação dos investimentos, retirada de gastos da PETROBRAS da conta. São algumas medidas que a crise mostrou e que fizeram com que a gente não sofresse o que fatidicamente a Grécia está apresentando como o quadro mais dramático.

Então, eu diria que nós, ao não construirmos esse consenso, nós não conseguimos tirar deliberações mais ousadas e audaciosas em relação à alteração da política macroeconômica. Acho que os adendos que V.Exa. coloca vão ao encontro dessa preocupação, embora tenha algumas citações que são de construção pouco impositiva. Mas eu acho que algumas indicações, como o compromisso do Deputado Virgílio e do Deputado Berzoini de ver se asseguram a proposição de um projeto que leve a regular o uso da meta da taxa de juros como instrumento de política econômica, isso, sim, nem deveria ser levado como preocupação ou compromisso de 2 Deputados, mas deveria ser levado como uma proposta concreta da CPI, porque isso, sim, vai ao encontro dessa preocupação fundamental que nós temos.

Também com relação a esta proposta que V.Exa. inclui aqui de alteração da composição do COPOM, alguns integrantes desta CPI consideraram que esta questão estaria madura para ser abordada. É também uma proposta objetiva. É



necessário que a Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, ou algum outro órgão, apresente uma proposta concreta de alteração da composição do COPOM, sob pena de nós ficarmos amarrados — para isso que o Deputado Hugo Leal colocou que são os que se interessem pela especulação que definem a Taxa SELIC.

Por isso que eu cumprimento V.Exa., cumprimento as entidades aqui. Claro que existe diferença de opinião, particularmente em relação à oportunidade da auditoria ou não. Nós tivemos 2 grandes impasses no começo desta CPI. Primeiro, a definição dos períodos a serem analisados, segundo a disponibilização de dados que não nos permitiu, até o ponto que eu tive conhecimento, que nós pudéssemos efetivamente fazer uma auditoria com a responsabilidade que o próprio instrumento legal permite.

Então, sem dúvida, nos marcos das dificuldades que nós trabalhamos, com a compreensão de que ao não trabalharmos dentro de uma crise e não vivermos a urgência e a emergência de darmos respostas imediatas, acho que as propostas aqui apresentadas e os indicativos vão ao encontro daquilo que era a preocupação central não só da maioria dos membros desta Casa, como também de todas as entidades, que é efetivamente fazer alterações da política macroeconômica, o que está levando a ficarmos todos reféns do crescimento *bonsai*.

Por isso que eu concluo, cumprimentando V.Exa. pelo esforço, cumprimentando as entidades e dizendo que eu gostaria que estas conclusões, da forma como são apresentadas, fossem apresentadas mais impositivamente para que tivessem força de recomendação e nós tirássemos as conclusões que são necessárias a serem feitas. Particularmente é isso que se sugere como proposta do Deputado Virgílio e do Deputado Berzoini: é que pudesse sair da própria CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Eu creio, Deputada Jô Moraes, que são itens de redação.

Encerrada a discussão, nós iniciamos o processo de votação.

Há uma evidente falta de *quorum* aqui. Nós deveríamos passar agora aos encaminhamentos de votação. E eu indago aqui aos presentes se querem dar continuidade, e como seria isso, porque essa fase está encerrada.



Então, nós iniciamos o processo de votação. Está em votação. E em votação significa que haverá encaminhamentos de votação, orientação de bancada etc. É isso?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu entendi, na reunião de ontem, que nós tínhamos feito um acerto de votar o relatório na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Terça-feira?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso foi acertado já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Por isso que eu chamei a atenção aqui. Ninguém vai começar a votar aqui se não houver consenso para votar. Uma vez iniciado o processo de votação, observado o *quorum*, não quer dizer que tenha que executar, dispensar V.Exa. de pedir verificação, derrubar a sessão e convocar outra. Isso pode ser feito de uma maneira voluntária. Por isso mesmo estou fazendo aqui.

Até acolhendo V.Exa., que fez questão de, na reunião passada, criticar a falta de presença e de pronunciamento dos Relatores-Adjuntos, fiz questão de chamar todos os adjuntos; todos se pronunciaram. Eu fiz questão de falar com eles. Estão aqui, falaram.

Então, Deputado Ivan Valente, não houve atropelamento algum de nada. Muito menos haverá. Agora, nós temos um Regimento. Nós iniciamos a fase de votação. É evidente que, se quisermos fazer a votação agora, haverá encaminhamento etc. E quanto ao *quorum*, como é evidente aqui, V.Exa. pedirá verificação, ou qualquer outro. E nós poderemos até remarcar.

Houve uma dúvida, Deputado Márcio Reinaldo, se haveria, digamos assim, uma programação para a execução da votação, da coleta de votos hoje ou terça-feira. Eu próprio sugeri que nós fizéssemos na terça-feira. Foi uma sugestão minha, todos aqui assistiram. Agora houve uma...

O SR. DEPUTADO MARCIO REINALDO MOREIRA - Qual o prazo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Quarta-feira. Nós já estamos em processo de votação. Isso já se iniciou. Agora, a execução da votação, os encaminhamentos e a coleta dos votos, nós podemos fazer agora. Eu havia sugerido — e agora falei com o Deputado Ivan — que nós fizéssemos na terça-feira, mas que tivéssemos todo o processo encerrado. Foi isso, Deputado, Hugo Leal?



O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - E nós nos encontramos precisamente nessa fase.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Não tem problema. Foi encerrada a discussão e vamos para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Isso. Iniciamos o processo de votação, o que implicaria encaminhamento, orientação de bancada, essas coisas normais. Não é isso?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Eu estou aqui aberto a... Eu já tinha feito...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Só como sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Porque eu estava aguardando também as sugestões, as recomendações e as inclusões que o Relator iria trazer ao seu voto. Eu também me sinto no direito aqui, apesar de estarmos no processo de votação, de fazer uma análise até o momento do encerramento da discussão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Votar "sim" ou "não".

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL -...e apresentar "sim" ou "não", ou apresentar até um voto em separado, alguma coisa nesse sentido, da minha parte, porque agora eu conheço a integralidade do relatório, uma vez que ele já não vai ser mais alterado. Pode ser que isso seja... Dentro da minha opinião, eu posso ter um outro tipo de entendimento e acolher uma parcela do voto e outra não.

Por isso que eu acho que fica mais justo, do ponto de vista do trabalho da CPI, essa votação na terça-feira, com seus encaminhamentos, porque o encaminhamento é uma coisa muito rápida, muito mais simples. No caso de haver interesse... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não. Atenda ao telefone. Enquanto isso, eu vou passar a palavra ao Deputado Julião.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Não, só para poder encerrar. O interesse nosso é exatamente esse, que possamos fazer a análise. Eu vi, acho que evoluiu. Houve alguns pontos aqui no adendo que são interessantes, não sei se todos



contemplados dentro da visão que eu acho que a CPI poderia dar. E eu só me reservo esse direito. Nós já encerramos a discussão, já não estamos mais em discussão. Agora é posicionamento. Então, eu acho que, na terça-feira, mais na parte da tarde, talvez às 16 horas, por causa da questão de *quorum*, a gente talvez teria... Porque aí eu acredito que a votação não seja tão longa assim, e muito menos a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Ouçamos o nobre Deputado Julião Amin.

O SR. DEPUTADO JULIÃO AMIN - Obrigado, Sr. Presidente. Chamou-me a atenção o depoimento do Deputado Márcio Moreira com relação à forma com que eram tratadas as finanças deste País, como se despachava. Com a maior naturalidade, fazia-se um despacho até em papel comum determinando qualquer tipo de operação. Até em papel de cigarro, determinando qualquer tipo de operação. E eu pergunto: será que hoje não se usa mais papel de cigarro? Que controle nós temos? Qual é a segurança que nós temos hoje de como são tratadas as finanças deste País? Então, isso é muito preocupante.

Deputado Pedro, eu vejo assim que deveria se constituir um serviço de controle dessa dívida sob a supervisão, o acompanhamento do Congresso Nacional, através da sua Comissão de Orçamento, porque é muito grave isso. Ninguém sabe com são tratadas essas coisas hoje, como é produzida essa dívida toda. Será que não é uma coisa de amigos?

O DEPUADO PEDRO NOVAIS - Para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Ele mencionou o meu nome.

Deputada Jô Moraes, só para esclarecer. Realmente, eu captei no adendo o que foi discutido ontem e sugerido. Eu poderia ter acolhido mais, mas foi o que foi discutido. Posso até ter errado, mas foi sem intenção. Eu poderia ter dado mais ênfase a este ou aquele ponto. Mas a esta altura eu já não posso mais fazê-lo porque já estão encerradas as discussões. Eu peço desculpas, então, por isso.



Quanto ao mais, eu desejo agradecer, de coração, o trabalho de V.Exa., assim como o trabalho do Márcio Reinaldo, com também do nosso outro Relator-Adjunto, Eduardo Valverde.

Agora, só para esclarecer o Deputado Julião Amin, que colocou o problema de ordem de gasto não poder ser mais feita por papel de cigarro. É que hoje ninguém fuma mais, Deputado. (*Risos.*) Mas isso é só brincadeira. O que eu ia responder realmente é o seguinte: foi criada na Comissão de Fiscalização uma Subcomissão de Acompanhamento da Dívida Pública. E existe, nas atribuições da Comissão de Finanças, o acompanhamento deste fato, embora ela não funcione diuturnamente examinando isso, mas o assunto, de vez em quando, surge, quando se examinam projetos e proposições.

Eu reconheço que essa sistemática no Congresso brasileiro ainda não está perfeita. Carecia de ser melhorada e aperfeiçoada, talvez até merecesse uma Comissão Permanente, mas isso escapa à nossa atribuição.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JULIÃO AMIN - Sr. Presidente, me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não, Deputado Julião.

O SR. DEPUTADO JULIÃO AMIN - Eu não digo comprar, mas esses contratos que são feitos, essa captação de recursos, eu vejo assim: se o órgão técnico do próprio Poder Executivo, o Tribunal de Contas da União, tivesse uma equipe de acompanhamento, de análise disso, de estudo de comparação com os outros mercados... Porque ninguém sabe se, na verdade, não existem outros interesses por trás dessa história toda. Por isso que eu expus a minha preocupação. Como se justifica essa dívida? Daqui a uns anos, todo o patrimônio... Eu me lembro que Serra Pelada, quando foi descoberta, diziam: "*Ah, vai pagar a dívida do País*". Eu não sei se sobre o pré-sal também daqui a uns anos, meu neto ou meu filho também não dizer: "*Não, o pré-sal não mais para pagar os juros dessa dívida*".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado. Eu tenho um Regimento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Dito e feito...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Dito e feito, eu o consulto aqui.

Deputada Jô, veja bem, eu presido aqui. Eu próprio fui o autor de uma sugestão. Houve acolhimentos e não. É evidente a falta de *quorum* aqui.

A SRA. DEPUTADO JÔ SOARES - Terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Se quiserem, se formos seguir o Regimento, eu faço a votação, ela é simbólica, alguém pede verificação e, nas chamadas, alguém comparece. Mas, se houver o consenso de que a gente...

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Consenso, Sr. Presidente. Terça-feira, a que horas V.Exa. está convocando?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Foi uma combinação não concluída. Foi uma sugestão que eu fiz. Depois surgiu uma polêmica aqui ao final. Consultei, inclusive, a assessoria, para saber quais tinham sido os termos finais. Os termos finais foram uma sugestão, com adesões, mas não uma deliberação. Não houve. E eu, por mais de uma vez, disse que o consenso que é indiscutível é o Regimento Interno.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Mas se há um consenso aqui, nós já vamos encerrar a reunião...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, imagine se prevalecesse o que havíamos combinado ontem, nós estaríamos fazendo uma sessão a 1 hora da manhã, que foi a hora em que acabou a nossa sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - É verdade.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Porque ontem, nós tivemos várias vitórias — vitórias dependendo da referência — para os aposentados, para a questão do ficha limpa. Então, pronto. Nós estamos vivendo ainda uma lua de mel favorável, aqui a Casa. Vamos deixar. Até terça-feira podem ocorrer novas sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Tudo bem. Então, é bom ficar claro que já foi declarado o início do processo de votação. Então, cabem agora apenas os encaminhamentos, orientação de bancada e voto.

Muito obrigado a todos.



Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião, convocada a próxima reunião para a próxima terça-feira, às 14h30min, em auditório a ser oportunamente divulgado.

Está encerrada a reunião.